

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **Sobre a prática pedagógica no PVNC**. [Acesso em dd/mm/aaaa]. Disponível em <http://www.alexandrenascimento.com>.

SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PVNC

Alexandre do Nascimento

Na educação, a filosofia tem um importante papel. Seu papel é a elucidação de questões, a reflexão permanente sobre o sentido da educação e a formulação de idéias para uma proposta educacional. Por isso, a primeira tarefa de uma filosofia de educação é a *escuta* da questão educativa. É a partir da *leitura* do contexto em que se dá a educação que se pode passar a uma reflexão crítica destinada a problematização da situação.

Assim, falar em filosofia de educação não é falar de uma teoria pronta e construída em outro contexto por um especialista. Gadotti (1991), escreve: "*a filosofia da educação deve renunciar ao privilégio que consiste em reservar aos filósofos a prática da filosofia. Todos os homens filosofam quando se interrogam sobre a finalidade do seu trabalho, das implicações de sua vida em sociedade, das condições de sua existência*". A reflexão sobre a educação é uma tarefa a que educadores, educandos e sociedade em geral não devem abdicar. Refletir sobre educação é refletir sobre a sociedade.

A reflexão sobre o sentido das ações político-pedagógicas dos cursos pré-vestibulares populares para negros e carentes precisa, em primeiro lugar considerar as contradições que fundaram o movimento: 1) a péssima qualidade do ensino de médio destinado às classes populares; 2) o baixo percentual de participação de negros e estudantes de classes populares nas universidades públicas.

Os pré-vestibulares populares constituem um movimento social popular cujo trabalho busca a democratização do direito à educação e a formação de uma nova consciência. Não é um movimento único, uníssono, homogêneo e sem contradições, mas um movimento de movimentos na luta pela constituição material de uma educação universalizada.

Como um movimento social popular e, portanto, como ação política a partir do ponto de vista das classes populares e dos grupos sociais discriminados, que tem como objetivo a inclusão dos grupos subalternizados pela sociedade no sistema educacional, a ampliação do espaço de cidadania e a emancipação, é importante que a reflexão sobre sentido e práticas dos Pré-Vestibulares Populares possa contribuir para a construção coletiva de formas e conteúdos não só para políticas de Estado, mas para as próprias ações.

Nós fazemos uma série de críticas ao modelo ideológico que fundamenta nossa educação, mas não podemos esquecer que estamos na sala de aula reproduzindo o mesmo

modelo. Toda prática educativa se fundamenta em uma filosofia política, mesmo que o educador não tenha consciência disso. Nesse caso, o educador passa a ser uma engrenagem acrítica do sistema e um elemento fundamental para a sua manutenção. Esse é um problema da maior importância, pois ser neutro é trabalhar em favor dos valores e da ideologia dominante. A ideologia, neste sentido, está ligada à intenção de distorção da realidade, o que contraria nossos propósitos.

Se nós queremos superar finalidade da educação como nos tem sido apresentada, ou seja, como adaptação das pessoas a um modelo de sociedade. Se queremos uma educação que, ao contrário, vise proporcionar a apropriação crítica de conhecimentos e da história e despertar as pessoas para a necessidade de construção de uma outra sociedade, uma educação ligada à formação ético-política, à formação de militância para a luta popular, ao pertencimento à cidadania, uma educação que não produza discípulos, mas que leve o sujeito à reflexão, a nossa filosofia de educação deve ter como construir objetivo primeiro uma nova pedagogia, onde conteúdo e análise crítica estejam fortemente presentes, onde possamos desenvolver uma interrogação permanente sobre as instituições e onde esteja nítida a nossa visão de sociedade.

Neste sentido, penso que a ação pedagógica deve incorporar a crítica dos pressupostos do conhecimento, dos aspectos e elementos contraditórios de uma realidade. Na prática, no *chão da sala de aula*, isso pode ter o seguinte sentido: exposição, contextualização social-histórica e análise dos conteúdos.

Sabemos que em um curso pré-vestibular praticamente inexistente liberdade para uma elaboração alternativa de organização e conteúdos, uma vez que os conteúdos programáticos dos vestibulares são definidos por outras instituições, com base no conteúdo do ensino médio e privilegiam a transmissão acrítica de conteúdos em detrimento ao raciocínio lógico e reflexivo.

Porém, tendo em vista que além fornecer subsídios para que os estudantes obtenham bom desempenho no vestibular, pretende-se criar uma dinâmica de análise permanente dos conteúdos, das regras, do vestibular, da universidade, da cultura, da violência, do cotidiano, enfim, das instituições que nos atravessam, é fundamental que o curso seja utilizado como um espaço de educação alternativa, onde a proposta pedagógica esteja aberta aos problemas vividos pela comunidade, às intervenções e aos saberes dos educandos e educadores, e que não reproduza a educação acrítica que é praticada na escola convencional. Não podemos esquecer o caráter político-comunitário do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Por isso, é importante que caminhemos em um horizonte político.

Segundo Hurtado (1993), *"a educação popular é, fundamentalmente, o momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade e a prática transformadoras"*. Ele ressalta, ainda, que *"uma proposta de educação popular deve incluir produção de conhecimento e recuperação crítica de sua história e sua cultura, pois não há realidade que não se origine de seu próprio devir histórico"*.

Para caminharmos nessa perspectiva, as discussões políticas devem acontecer sistematicamente. Essas discussões devem ser espaços abertos a mais variadas

intervenções. As disciplinas que abordam os conteúdos exigidos diretamente no vestibular, devem abandonar os especialismos e a fragmentaridade, estabelecendo relações entre si, pois não estão dissociadas da vida e da história, e, portanto, precisam ser politizadas e contextualizadas dentro da realidade. Politizar o conteúdo não é tentar a todo custo ver uma ideologia implícita. Politizar um conteúdo é situá-lo num contexto histórico e social, identificando suas razões e conseqüências e apresentado sua construção lógica.

O PVNC é um movimento social de educação e a pedagogia é também um elemento importante. A construção de um conhecimento baseado no raciocínio lógico e nas reflexões políticas é de fundamental importância e contribuem muito para que os sujeitos do processo (educadores e educandos) interiorizem a necessidade de engajamento nas lutas sociais.

Por isso, parece fundamental que, em primeiro lugar, os o educando participe integralmente do processo, liberando suas falas, seus conflitos e sua criatividade.

Por isso, a leitura, a análise e a produção escrita são elementos fundamentais ao processo de educativo. Na medida em que o sujeito exercita o raciocínio lógico, vai, gradativamente, tornando-se capaz aprender com a própria produção. Os conteúdos convencionais e a informação do dia a dia são importantes e fundamentam a análise, mas são complementares, podendo ser adquiridos através de leituras e grupos de estudos, e isso deve estar bem claro aos educandos. O momento da aula é o momento da reflexão em torno dos conceitos e os elos lógicos que se estabelecem entre eles, é o momento da análise de enunciados e fatos, da demonstração e aplicação.

Hurtado, afirma ainda que: "*Os novos desafios metodológicos nos devem levar à busca, adaptação e criação de métodos e técnicas que nos permitam realizar as tarefas clássicas dos projetos, porém baseadas na plena, total e consciente participação, no controle e poder de decisão das ações a desenvolver, por parte dos sujeitos da ação transformadora*".

O grande desafio metodológico do projeto situa-se na dificuldade de estabelecermos uma relação entre os programas dos vestibulares e uma proposta pedagógica. A dificuldade talvez está no fato do próprio vestibular ser um dispositivo excludente e os cursos pré-vestibulares serem descontextualizados e imbecilizantes. Nessa contradição, ocorrem conflitos pela tendência de se privilegiar uma linha de trabalho, ora defendendo o desenvolvimento do raciocínio lógico para a construção crítica do conhecimento, ora defendendo a transmissão dos conhecimentos exigidos nos vestibulares, que significa trabalhar na lógica da escola tradicional. Não podemos esquecer uma coisa: a proposta é dirigida a pessoas e não a objetos, e sendo pessoas são sujeitos pensantes, podendo perfeitamente participarem da sua própria formação, dividindo com os educadores a responsabilidade. É importante que os educandos desenvolvam a atitude de formulação própria, sintam-se autônomos e sujeitos constituintes do processo, pois a luta é, também, produção do sentido da própria luta. Isso se refletirá na sua postura enquanto universitário e, futuramente, enquanto profissional.

A educação, para se transformar em instrumento de luta social, precisa passar por mudanças metodológicas, ou seja, precisa combinar ensino com o gosto pela reflexão,

precisa privilegiar um olhar crítico sobre a ciência, as tecnologias, a política, a economia e as relações sociais, tendo a pesquisa como método principal na produção de saber, e não somente se limitar a transmissão não contextualizada de conteúdos e aos assuntos escolares. Isso não é produto de doação, não se transmite através de exposições e palestras. É na ação sobre o mundo que tomamos consciência dele, nos dizia Paulo Freire. E a escola não está dissociada da vida. Por isso, uma dinâmica problematizadora, baseada na ação sobre o objeto de conhecimento, deve fomentar o processo educativo.

Porém, no caso de um curso pré-vestibular, alguns aspectos devem ser observados. Primeiro, o estudante que procura um curso dessa natureza, o faz com o objetivo de ingressar no ensino superior. Este é um objetivo legítimo, mais que isso, um sonho legítimo, mesmo que seja em decorrência da relação existente entre Diploma e Status Social produzida pela sociedade. Portanto, as intervenções pedagógicas devem ser reflexivas, mas não podem estar dissociadas do vestibular, pois condições concretas de aprovação devem ser criadas. Segundo, no caso específico de um trabalho voltado para as classes populares, não podemos negligenciar as dificuldades que os estudantes enfrentam, sejam de tempo, de cansaço ou o sentimento de inferioridade que levam as pessoas a pensarem que *curso superior é para quem pode*.

Acreditamos que na medida em que o sujeito percebe os mecanismos que tentam inferiorizá-lo, capturá-lo e enquadrá-lo em uma certa ordem, aumenta as possibilidades de sua participação no processo, uma participação politicamente mais comprometida. E, se o sujeito aprende a relacionar conceitos, a sua capacidade de compreensão aumenta, não sendo necessários entupir o educando de fórmulas e macetes.

O sistema educacional possui ainda um outro problema que situa-se no seu formato burocrático, ou seja, na hierarquia estabelecida, que impede os educandos de tomarem decisões sobre a sua formação, através de mecanismos que atuam dentro da escola cuja finalidade é a perpetuação da sociedade dominante. O educando é visto como "cliente" do processo e, portanto, deve ser disciplinado e obedecer as regras, sem o direito de, sequer, dar sugestões para sua formação. Isso acaba sujeitando o educando a posição de objeto passivo e ignorante, anulando a sua participação.

Dispositivos analisadores devem ser criados para quebrar essa relação hierárquica e envolver todos os sujeitos na construção do processo. A divisão do trabalho deve ser somente técnica (coordenação, educadores, educandos) e nunca estabelecer níveis de poder.

Portanto, uma metodologia crítica de educação deve embutir em seu bojo:

- **O esforço de interdisciplinaridade entre os conteúdos.** Todo conhecimento possui um sentido humano e um contexto em que foi produzido. A abordagem interdisciplinar permite a compreensão que um determinado assunto pode ser abordado por várias disciplinas. Por exemplo, o tema raça pode ser abordado pela Biologia, pela História, pela Geografia, pelas disciplinas que tratam de Códigos e Linguagens;

- **A prática de leitura crítica de cada conceito, texto ou fato, sempre acompanhada de análise aprofundada.** Nossa hipótese é que isso pode possibilitar que os alunos compreendam os fundamentos dos objetivos do conhecimento que estão sendo estudados. Por exemplo, quando falamos 15% (quinze por cento) é importante que os alunos compreendam que *por cento*, significa *dividido por cem*. As leituras complementares, tais como jornais, revistas ou textos avulsos, deve ser sempre indicada e posteriormente debatida com os educandos e as educandas;
- **Debates** sobre conjuntura política, social e econômica e sobre questões como educação brasileira, relações entre raças/etnias, relações entre gêneros, discriminação e preconceito, violência, ética, ciência, tecnologia, entre outras. reflexão permanente acerca dos problemas existentes no âmbito das relações político-sociais, análise das instituições que nos atravessam (como a família, a religião, a escola, o Estado etc), do papel da universidade; discussão política sobre democracia, cidadania, autonomia e projeto político; análise da articulação entre teoria e prática do PVNC. Esse é o papel do momento de reflexão que chamamos de Cultura e Cidadania;
- **A pesquisa como elemento de aprendizagem, através da ação sobre o objeto do conhecimento.** A pesquisa gera autonomia e incentiva a criatividade. Entretanto, pelas limitações de um curso pré-vestibular, a pesquisa deve ser realizada em sala de aula. Um exemplo simples dessa proposição é a resolução de exercícios com questões que devem ser pesquisadas em uma bibliográfica que os alunos e alunas devem levar para sala;
- **Incentivo à expressão**, através de produção de textos (dissertações, prosas, poesias, etc), apresentações de trabalhos, dramatizações, com objetivo de gerar maior motivação e para contribuir no desenvolvimento da oratória e da sensibilidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. Pesquisa-Ação na Instituição Educativa, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

BAREMBLIT, Gregório. Compêndio da Análise Institucional, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos, 1992.

FERREIRA, Nilda Teves. Cidadania : Uma Questão para a Educação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança - Um Retorno a Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos, 1992.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo, Cortez/Associados, 1991.

_____. Concepção Dialética da Educação. São Paulo, Cortez/Associados, 1995.

_____. Prefácio. In: DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. São Paulo, Cortez/Associados, 1991.

HURTADO, Carlos Nuñez. Educar para Transformar, Transformar para Educar, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1993.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (Org.). Grupos e Instituições em Análise. Ed. Rosa dos Ventos, Rio de Janeiro, 1992.

GUATTARI, Félix. Revoluções Moleculares. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.